

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

RICARDO FERREIRA

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL: REFLEXÕES E APROXIMAÇÕES**

SANTOS- 2021

RICARDO FERREIRA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O TRABALHO DO ASSISTENTE
SOCIAL: REFLEXÕES E APROXIMAÇÕES**

Trabalho apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Gisele Aparecida Bovolenta

SANTOS 2021

Ferreira, Ricardo .
R376a Assistência Estudantil e o Trabalho
do Assistente Social: reflexões e aproximações. /
Ricardo Ferreira; Orientadora Profª Drª Gisele
Aparecida Bovolenta; Coorientador . -- Santos,
2021.
51 p. ; 30cm

TCC (Graduação - Serviço Social) --
Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de
São Paulo, 2021.

1. Assistência Estudantil. 2. Permanência
Estudantil. 3. Assistente Social. 4. Serviço Social.
Bovolenta, Profª Drª Gisele Aparecida,
Orient. Titulo.

CDD 361.3

RICARDO FERREIRA

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: REFLEXÕES E APROXIMAÇÕES

Trabalho apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Profª Drª Gisele Aparecida Bovolenta

Aprovação em: ___ / ___ / _____

EXAMINADORES:

Profª Drª
Universidade Federal de São Paulo

Profª Drª
Instituição

Profª Drª
Instituição

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe pelo seu esforço em proporcionar o meu bem estar e a minha educação bem como me incentivar a estudar, mesmo com todas as dificuldades que enfrentou para educar a mim e aos meus irmãos. Ela é a principal personagem que merece os meus sinceros agradecimentos. Aos meus irmãos por terem me incentivado e respeitado os meus anseios tanto pelo curso escolhido como pela Universidade escolhida.

À minha respeitada e querida orientadora Prof^a Dr^a Gisele Aparecida Bovolenta, que se mostrou parceira, compreensiva e paciente durante todo o processo de orientação, sempre se preocupando com o andamento do trabalho e com a minha condição de saúde, principalmente no último ano. Agradeço o seu respeito pelas minhas dificuldades e pelo meu desejo.

Aos meus colegas de turma do curso de Serviço Social que estiveram ao meu lado desde o início do curso no ano de 2016, tendo compartilhado as dificuldades, angústias, os problemas enfrentados durante a nossa formação. Esse agradecimento vai mais especificamente à Gabriela Inácio, Vitória Beatriz Castro e Vanda Teodoro, companheiras de conversa, de grupos de trabalho desde o primeiro Termo, as quais nunca vou me esquecer e sempre lembrarei dos momentos vividos nesses quatro anos. Agradeço inclusive àqueles colegas que por algum motivo não puderam continuar no curso mas que também contribuíram por essa caminhada, de alguma maneira.

Um agradecimento especial à nossa querida Prof^a Dr^a Andréa Almeida Torres (in memoriam) que infelizmente nos deixou no ano de 2019, de forma precoce, mas que deixou o seu legado para todos nós e que contribuiu demais para minha formação. As suas aulas sempre foram maravilhosas e divertidas às quais nunca me esquecerei. A sua memória permanece viva dentro de nós.

À todos os professores do curso de Serviço Social da Unifesp, que de alguma maneira ou outra foram importantes nessa caminhada e tenho por todos uma gratidão imensa.

À todos os funcionários da Universidade, que dedicam as suas vidas para zelar por um espaço mais limpo e seguro. São trabalhadores, pais, mães, filhos, netos. Mesmo de maneira indireta também contribuíram pelo fim desse ciclo e por um novo ciclo que virá.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso buscará, por meio de uma pesquisa bibliográfica, legal e documental, apresentar o cenário da Assistência Estudantil no Brasil, apresentando um pouco do contexto da Universidade Federal do ABC - UFABC, buscando entender o trabalho do Assistente Social, seus desafios e possibilidades no âmbito dessa Política Pública e as especificidades desse espaço socio-ocupacional, que ainda se apresenta de maneira embrionária. O objetivo deste estudo é realizar uma análise do papel da Assistência Estudantil no Brasil, além de analisar a sua implementação neste espaço e, entender o papel do Assistente Social inserido na política de Assistência Estudantil.

Palavras-chave: Universidades federais; Assistência Estudantil; permanência estudantil; trabalho do Assistente Social; Serviço social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	12
1.1. Política e História da Educação no Brasil.....	12
1.2 História e Expansão do Ensino Superior no Brasil.....	21
CAPÍTULO II A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL	28
2.1 Assistência Estudantil: definição e histórico.....	28
2.2. O papel do Assistente Social na Política de Assistência Estudantil.....	35
2.3 Assistência Estudantil na Universidade Federal do ABC (UFABC) e o Papel do Assistente Social nesse espaço.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

INTRODUÇÃO

Ter a oportunidade de realizar um curso superior sempre foi um sonho desde o Ensino Médio, realizado em uma escola pública no município de São Bernardo do Campo. A minha trajetória escolar ocorreu integralmente nesta mesma escola e onde constituí meus laços e meus vínculos com outros pares e com a instituição em si. Ali me constitui como aluno e como cidadão pertencente a este lugar. Onde vivi minha infância e adolescência e transversalmente vivi a minha vida fora daquele lugar, as alegrias e tristezas. Tristezas como a morte do meu pai devido a um câncer. Momentos difíceis passei quando sofri bullying causado por outros pares praticamente a 7ª série inteira, sentindo muita solidão e falta de acolhimento por parte da instituição da qual sempre acreditei. Também tive alegrias como a conclusão do Ensino Médio no ano 2000 e a possibilidade de passar para uma nova etapa de minha existência.

A partir daí minha caminhada rumo ao Ensino Superior se tornou um desafio enorme pois apesar de ter um grande desejo em poder entrar em uma Universidade eu ainda não conseguia vislumbrar o meu real ingresso. Como aluno de uma escola pública pude perceber a enorme lacuna que um estudante oriundo de um Ensino público tem em relação ao estudante de uma escola privada. Enquanto o segundo tem a oportunidade de cursar um Ensino mais forte e que o prepara para o vestibular mediante um Ensino que foca em competências e habilidades para esta etapa, um estudante de uma escola pública sofre as mazelas e sobrevive a cada dia para poder concluir o nível médio. Muitos sequer chegam ao Ensino Médio e acabam muitas vezes tendo que largar os estudos para trabalhar ou ajudar em casa. A escola pública na maioria das vezes não permite o estudante se reconhecer como alguém que tem potencialidades e, assim, a Universidade, sobretudo a Universidade pública, se torna algo distante ou impensável. Em raros momentos ouvíamos alguma palavra encorajadora.

Lembro-me de uma das professoras que dizia para mim “você tem de prestar a USP” “você tem potencial para passar na USP”. Embora parecesse um ato motivador, eu ainda não conseguia me ver tendo a capacidade de passar em um vestibular tão difícil (na minha cabeça) e concorrido. Aquilo parecia uma realidade paralela e que poucos dela podiam usufruir. Foram 15 anos até que depois de muita luta entrei na UNIFESP, uma Universidade pública e de excelência. O ingresso via ENEM/SISU permitiu que estudantes como eu pudessem ter o direito ao ingresso no Ensino Superior e público. Entretanto o desafio continuaria. Como vou

me manter na Universidade? Conseguirei permanecer na UNIFESP? A Universidade tem políticas de permanência que possam dar conta das demandas apresentadas por estudantes que vivem condições como a minha?

A partir destes questionamentos e desta trajetória decidi realizar estágio na área da educação, na Seção de Bolsas Socioeconômicas da Universidade Federal do ABC (UFABC) e, após isso, realizar o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o qual vos apresento.

Sendo assim, o objeto de pesquisa do meu Trabalho de Conclusão de Curso é a Política de Assistência Estudantil e o papel do Assistente Social nessa Política. O objetivo deste estudo é realizar uma análise do papel da Assistência Estudantil no Brasil, incluindo o trabalho do Assistente Social, além de apresentar um cenário em que essa Política ocorre, no caso a Universidade Federal do ABC.

Quanto aos aspectos metodológicos, foi utilizada a análise qualitativa e bibliográfica por meio da leitura e revisão de artigos e/ou livros e demais pesquisas, oriundos de teses e dissertação, para o embasamento teórico e científico do estudo realizado.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza, segundo Severino (2007), a partir do: [...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Assim, o autor do estudo se baseou em artigos, livros, teses e dissertações por meio eletrônico e, além disso, em produções científicas de autores do Serviço Social e áreas correlatas que produziram material especificamente sobre Assistência Estudantil e o trabalho do profissional de Serviço Social no âmbito dessa Política pública.

Diante disso, a realização deste estudo se torna de extrema importância para a comunidade acadêmica, científica e da sociedade como um todo visto que apenas a inserção dos estudantes no Ensino Superior, especificamente o Ensino Superior público, não garante a permanência destes mesmos estudantes na Universidade. Necessidades com transporte, alimentação, saúde, moradia, entre outros podem se tornar um grande entrave para a permanência da comunidade estudantil, sobretudo das classes mais vulneráveis.

Deste modo esta pesquisa é de fundamental importância para que haja mais consciência e engajamento no enfrentamento destes problemas e, obviamente, no enfrentamento das expressões da questão social presentes na sociabilidade destes estudantes. Outro ponto crucial deste estudo é poder fortalecer a importância da Assistência Estudantil e

apontar questões a serem avaliadas e aprimoradas para um melhor atendimento da classe estudantil, a qual esta Política atende e, assim, abrir mais espaços de diálogos e possibilidades de reflexões importantes com a comunidade em geral.

A atuação do Assistente Social, como profissional inserido na divisão sociotécnica do trabalho e como trabalhador assalariado, também é importante visto que dependendo de como ocorre a sua inserção nos espaços socio-ocupacionais, o profissional pode sofrer o impacto da sua relação com esse ambiente de trabalho, como falta de insumos e materiais de trabalho, condições precárias de trabalho, assim como falta de verba ou orçamento para a execução das políticas como a de Assistência Estudantil, implicando em entraves ao seu trabalho e sofrimento relacionado à sua atividade ocupacional.

CAPÍTULO I

CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

1.1. Política e História da Educação no Brasil

A educação é um fenômeno sócio-histórico e, portanto, circunscrita ao momento histórico-político e social, assim como nas relações estabelecidas entre as pessoas nos mais variados segmentos da sociedade (ARANHA, 2012). Neste sentido, Araújo (2017) ressalta o movimento de contradição nos processos de escolarização alternando entre a expressão da mudança social, decorrente do desenvolvimento crítico dos indivíduos, e a instituição dos ideais capitalistas, com o foco na preparação dos sujeitos para o mercado de trabalho. O desafio no segundo caso está no entrave para a garantia dos direitos sociais para a classe trabalhadora.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) de 2012, no que tange ao regulamento para atuação de assistentes sociais na Política de educação, vai além ao abordar a relevância e a magnitude da Política de Educação inserida não somente na dimensão da vida social, mas também dentro de uma conjuntura social, perpassando pela dinâmica das expressões da questão social provenientes do sistema capitalista vigente, que possui em sua raiz as desigualdades oriundas do conflito entre capital e trabalho, tendo múltiplas expressões no bojo da Política de Educação e nos espaços aos quais esta política está inserida.

Araújo (2017) acirra este debate, lembrando que a Política de Educação não é diferente das demais políticas sociais ao se caracterizar, por um lado, como instrumento do Estado para ter o controle da intelectualidade dos sujeitos, bem como mantê-los nas mesmas condições às quais estão submetidos e, por outro, dar respostas aos movimentos sociais, que efetivaram alguns avanços e conquistas através de mobilizações e intensas lutas para a garantia de uma educação de qualidade, na contramão dos interesses da classe dominante, representando assim, um contexto recheado de avanços e retrocessos, demonstrando os interesses antagônicos presentes também na educação, estando portanto, inserida em um contexto de luta de classes. Desta forma “[...] a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2000, p.45).

Assim, a educação como Política pública social ora atende aos interesses da classe dominante, ora aos interesses da classe trabalhadora. Então, o sistema educacional pode ser visto [...] “como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se

estabelecem entre Estado e Sociedade civil, no âmbito dos conflitos e lutas de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 36).

O sistema educacional se apresenta de variadas maneiras - formal e informal - a primeira no ambiente escolar de maneira hierarquizada e oficial e, no segundo caso, baseada nas experiências dos indivíduos e nas relações que estabelecem socialmente (ARAÚJO, 2017). De acordo com Meszarós (2008, p. 45), “[...] a educação formal não é força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de por si só fornecer uma educação emancipadora radical”. Entretanto, não podemos deixar de considerar a educação como promotora de emancipação, cidadania e criadora de maneiras de pensar e agir (CFESS, 2012). Este movimento traz a ideia de um processo educativo como um movimento crítico e não apenas como reprodutor de ideias.

Ao encontro disso e dentro dessa contradição, que da mesma maneira está presente na educação e nas políticas educacionais, faz-se a necessária a defesa do modelo de educação que garanta direitos e criticidade por parte dos sujeitos, sobretudo da classe trabalhadora. Paulo Freire, grande educador e filósofo brasileiro, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, traz que o ato de educar deve considerar a capacidade crítica do educando e, além disso, a sua curiosidade, diferenciando-se da educação bancária e da mera transferência de conhecimento (FREIRE, 1996). Diante disso, entende-se que a verdadeira educação está presente no modelo crítico e libertador, longe do processo de alienação e de um modelo bancário em que o conhecimento é apenas transmitido sem possibilitar ao educando, o mínimo de crítica. Além disso, as Políticas de Educação preconizam não somente os processos críticos mas também a perspectiva de direitos, distinto do modelo neoliberal que atende mais aos interesses do grande capital, buscando formar profissionais para o mercado de trabalho e dentro de uma lógica privatista em que o ensino técnico se sobrepõe ao conhecimento crítico.

Na perspectiva de direito, a educação necessita obedecer a Constituição Federal de 1988 que traz artigos específicos sobre essa temática. O apoio de Políticas como a de Assistência Estudantil, com o objetivo de permitir o acesso, o direito e a permanência de estudantes sobretudo de classes mais pobres, no Ensino Superior também traz uma ideia de educação e Políticas Educacionais mais inclusivas e de direito de todos.

A respeito da educação no Brasil, a história mostra que a mesma começou a ganhar um contorno no início da formação sócio-histórica do país na época da colonização em que os jesuítas catequizavam os índios. Obviamente ainda não havia Universidade e o modelo de

educação como temos nos dias atuais. A educação remetia única e exclusivamente à catequização dos povos nativos, habitantes dessa terra. Vieira e Farias (2007) relembram que há três momentos fundamentais no projeto colonial brasileiro. O primeiro se refere à chegada dos jesuítas em 1549 com o objetivo de difundir a fé católica e converter os índios, nativos da terra. Entretanto, no ano de 1759 os jesuítas foram expulsos por conta da reforma realizada que passou a deixar a educação como encargo do Estado. Ainda a respeito deste fato histórico, Umbelino (2018) afirma que os padres não possuíam nenhuma formação específica para lecionar. Bastava ter conhecimento de leitura e escrita, além do conhecimento das escrituras para os ensinamentos relacionados à fé. Ainda de acordo com a mesma autora e corroborando com o que fora trazido antes, o objetivo da educação em território tupiniquim, em seus primórdios, era a conversão da população ao catolicismo.

A história da educação e das políticas públicas educacionais no Brasil trazem a marca de um alto índice de evasão e analfabetismo, além de uma entrada tardia por parte dos estudantes nos processos educativos. Umbelino (2018) reforça essa ideia ao lembrar que na idade de 15 anos, muitos ainda estavam se alfabetizando. Durante o início da República, em 1890, a taxa de analfabetismo se encontrava na faixa dos 67,82% da população. A autora diz ainda que em famílias escravizadas muitos pais retiravam os filhos das escolas quando conseguiam ter realizado a aprendizagem da leitura e da escrita, pois a realidade social das famílias faziam com que as crianças e os jovens tivessem de ajudar a família por meio do trabalho. A mesma autora traz um dado significativo da falta de acesso e da precária condição educacional do país naquele momento histórico. Apenas 10% da população em idade escolar estava matriculada.

Retomando as ideias de Vieira e Farias (2007), o segundo momento do projeto colonial brasileiro, foi um período marcado por muitos problemas após a expulsão dos jesuítas. A precarização do processo educativo também marcou presença neste momento visto que havia uma má gestão marcada também, pela má qualificação dos professores assim como uma precária formação. Na verdade esse momento foi marcado por um intenso desejo do processo de educação ao desenvolvimento do sistema capitalista de produção no sentido de preparar mão de obra minimamente qualificada para a sua inserção nas indústrias.

Já o terceiro momento foi caracterizado por muitas mudanças, sobretudo a vinda da família real portuguesa, que marcou uma profunda mudança na educação em território nacional, que viria a causar uma transformação na relação entre colônia e metrópole.

A Educação brasileira teve o seu maior crescimento na década de 1930, além da Constituição vigente, houve a elaboração de um Programa Educacional que previa uma reformulação do sistema educacional brasileiro. Falaremos a respeito das Constituições um pouco mais adiante. Antes vamos discorrer sobre este Programa.

De acordo com Ribeiro (1992) foi elaborado um esboço do Programa Educacional do Manifesto de 32, que preocupava-se com uma Política Nacional de Educação. Entre os artigos e alíneas podemos citar os seguintes:

Cabe aos Estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidos na Constituição e em Leis ordinárias pela União, a quem compete a educação na capital do país; o sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com as suas aptidões naturais; única para todos, e leiga, sendo a educação primária (7 a 12 anos) gratuita e obrigatória; o ensino deve tender progressivamente à obrigatoriedade até 18 anos e à gratuidade em todos os graus.

O Manifesto também previa o desenvolvimento da escola técnica profissional, de nível secundário e superior, com base na economia nacional. De agricultura, minas e pesca (extração de matérias-primas); Industriais e profissionais (elaboração de matérias-primas); de transportes e comércio. Preconiza, da mesma maneira, a criação de Universidades, de tal maneira organizadas e aparelhadas, que possam exercer a função de elaborar e criar a ciência, transmiti-la e a popularizar:

À pesquisa científica e à cultura livre e desinteressada; À formação dos docentes para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores; À formação de profissionais em todas as profissões de base científica; À popularização científica, literária e artística, por todos os meios de extensão universitária.

As Constituições são documentos que garantem liberdade e direitos aos cidadãos e algumas Constituições Federais se destacaram por garantir direitos específicos e, desde a primeira, incluíram alguma indicação de reconhecimento à educação, de acordo com o seu momento político e histórico e, de acordo com os interesses daqueles que governavam o país. A primeira Constituição data de 1824. Foi outorgada pelo Imperador D. Pedro I e previa a educação primária e gratuita a todos os cidadãos:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade,

é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte. XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos (BRASIL, 1824).

Pelo exposto, nota-se que naquele período a garantia de ensino primário aos cidadãos da Colônia era restrito, visto que o ensino superior era destinado apenas à população da metrópole e, ainda assim, estes deveriam se deslocar à própria metrópole para estudar na Universidade de Coimbra. Em 1891 foi promulgada uma nova Constituição, a 2ª na história. Percebe-se um retrocesso quanto à educação ao não preconizar o direito e livre acesso gratuito ao ensino, limitando-se ao que se segue:

Art. 35 - Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: 1o) velar na guarda da Constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal; 2o) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais; 3o) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4o) prover a instrução secundária no Distrito Federal (BRASIL, 1891).

Na Constituição seguinte, a de 1934, considerada um marco na época, mesmo que tendo sua vigência até 1937, sobre a educação, dispõe em seu capítulo II do título V:

Art. 149 A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana Art. 150 Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5o, no XIV, e 39, no 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível (BRASIL, 1934).

Neste caso aparecem algumas inovações como o direito à educação estendido do jovem ao adulto bem como a vinculação obrigatória dos impostos para a manutenção do sistema educacional. Entretanto, com o golpe de Estado em 1937, com a implantação da ditadura do Estado Novo, tivemos o fim da vigência desta Constituição. Na Constituição de 1937 houve a revogação ou extinção da vinculação obrigatória dos recursos como marca do retrocesso em relação à Constituição anterior.

Com novas eleições em 1945, um novo texto foi Promulgado em 1946. Foi dedicado à educação o Capítulo II do Título VI – Da Família, Da Educação e Da Cultura. Foi retomada a vinculação obrigatória de parte do orçamento, conforme disposto no art. 169: Art. 169.

Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Assim, há novamente a necessidade e garantia de vinculação e destinação de verbas do Estado como um todo para a educação.

Em 1964 tivemos um golpe com a instauração da Ditadura Militar no Brasil. O texto Constitucional daquele ano tratou da educação em seu Título IV – Da Família, Da Educação e Da Cultura. Dispõe:

Art. 176 A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola. § 3o A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas: II – o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais; III – o ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e no superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos; IV – o Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará (BRASIL, 1969).

A partir deste momento e do conteúdo do texto, a educação estava garantida no ensino primário englobando a faixa etária dos 7 aos 14 anos exclusivamente. Entretanto, o caráter meritocrático e a prova de carência de recursos financeiros ditavam o caráter focalizado e meritocrático do governo em questão. Além disso, a gratuidade em si estava disfarçada no sentido de ser ofertada em forma de bolsa de estudo, mas com a obrigatoriedade de ser restituída posteriormente. A dúvida seria a seguinte: o que aconteceria se a família deste aluno não pudesse restituir a dívida posteriormente? A Constituição de 1967 mantém praticamente intacta a de 1964, reforçando o ensino particular com provisão de bolsas de estudo, bom desempenho acadêmico e gratuidade de ensino superior aos que comprovassem insuficiência de recursos financeiros. Após esta, o grande marco foi a CF de 1988, reconhecendo a educação como direito social, já lembrado anteriormente.

A Constituição de 1934, como visto, deu ênfase à educação com um capítulo exclusivo. O Capítulo II desta CF traz tanto exigências dos educadores católicos quanto dos educadores defensores das “ideias novas”. No primeiro caso atendendo à reivindicação de um ensino religioso e no segundo caso atribuindo à União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação no país, além de fixar o Plano Nacional de Educação (RIBEIRO, 1992).

Aos Estados competia organizar e manter os seus sistemas educacionais, ou seja, de maneira descentralizada, respeitadas as diretrizes preconizadas pela União. Fixa que o

governo federal deveria estabelecer um Plano Nacional de Educação incluindo o ensino de todos os graus, comuns e especializados, além de coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território nacional; cria o Conselho Nacional e Estadual de educação e determina a disponibilização de 10% por parte dos municípios e não menos de 20% pelos Estados, da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento da educação. Um dos pontos importantes foi o reconhecimento da educação como direito de todos (RIBEIRO, 1992).

No período que compreende 1937 e 1955 o país ainda está no eixo econômico-político desenvolvimentista com base na industrialização. Compreende o mandato de Getúlio Vargas 1937-1945; Eurico Gaspar Dutra 1946-1950 e novamente Getúlio 1951-54. Período da derrubada da elite cafeeira. Foi, da mesma maneira, um período em que foi promulgada uma nova Constituição, a de 1946, sendo a 4ª na história. Em tese não possuía muita diferença da Constituição anterior reafirmando, ainda, a democratização. Em um dos artigos reafirma a gratuidade universal no ensino primário. Entretanto, o ensino secundário seria para aqueles que provassem falta de recursos ou condições para cursá-lo. Foi um período de aumento das despesas com cultura e educação. O aumento de verbas foi significativo a ponto de aumentar o nível de alfabetização mesmo não resolvendo o problema de fato (RIBEIRO, 1992).

Entre 1964 e 1985 houve uma intensa mudança no panorama econômico e sobretudo político. Para sermos breves vamos ao Golpe de 1964, período marcado pela censura, prisões, perseguições e violência contra aqueles que iam contra o governo. Uma série de Atos Institucionais foram criados entre eles o AI-2 que acabava com as eleições diretas para Presidente e Governador, acabando, inclusive, com os partidos políticos. O AI-5 foi um dos mais emblemáticos ao autorizar o Presidente da República a decretar o recesso do Congresso nacional; intervir nos Estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão, entre outros.

Boutin e Camargo (2015) afirmam que foi por meio da educação que o governo ditatorial difundiu seus reais ideais e valores inclusive na constituição do capitalismo como o modelo ideal e capaz de levar o país ao progresso e ao crescimento econômico. Deste modo, para que isso fosse concretizado na prática, haveria a necessidade de formar pessoas sob esta ótica. Assim, por meio do ensino se diferenciaria os que detinham o capital, os quais poderiam almejar ou ter uma outra perspectiva de vida dos que nada possuíam além da venda da sua força de trabalho, lhes restando apenas o ensino técnico deixando-os fadados à vida de operários.

A educação estava então a favor do capital como uma estratégia para garantir os interesses da classe dominante e, além disso, na manutenção e fortalecimento de ideologias que naturalizavam as desigualdades sociais e entre as classes (BOUTIN; CAMARGO, 2015) e, diante deste contexto, notamos a educação atrelada aos interesses de mercado com amplo favorecimento à privatização do ensino; institucionalização da pós graduação (SAVIANI, 2008).

Em dezembro de 1964 foi realizado um Simpósio no qual foi elaborado um documento de acordo com os novos estudos nas áreas da economia e educação no sentido de considerar os investimentos no ensino como forma de garantir o aumento de produtividade e renda e alavancar o desenvolvimento do país. A escola primária teria então o papel de capacitar para a realização de atividades práticas; já o ensino médio teria o intuito de preparar os profissionais necessários para o desenvolvimento econômico e social do país e, por fim, o Ensino Superior formar a mão de obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país (SAVIANI, 2008, apud SOUZA, 1981, p.67-68).

Os Estados Unidos tiveram forte influência na educação brasileira neste momento histórico visto que empresários brasileiros estavam diretamente ligados a empresários americanos, contando com a sua colaboração financeira para a execução dos processos de educação no Brasil em parceria com a agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (SAVIANI,2008).

Outra Constituição foi promulgada em 1967 pelos militares trazendo grande impacto negativo para o sistema educacional brasileiro. Extinguiu-se a vinculação orçamentária as quais as Constituições anteriores, 1934 e 1946, preconizavam quanto a obrigar a União, os Estados e os Municípios a disponibilizar verba para a educação. No caso desta Constituição, havia apenas a vinculação de 20% para os municípios apenas. Ao longo do tempo o governo federal foi reduzindo drasticamente as verbas para a educação, de 7,60% em 1970 para 4,31% em 1975 (SAVIANI, 2008).

De acordo com Saviani (2008) a Constituição mostrou claramente a intenção do regime militar em prover apoio à iniciativa privada vide artigo 168: “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo”, dispositivo que foi mantido na Emenda de 1969 (2º do artigo 176).

O princípio de gratuidade, presente nas Constituições desde 1824, foi relativizado nesta nova Carta Magna em que temos no artigo 168, inciso III: “Sempre que possível, o

Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior”. O reforço desta ideia vem na Emenda de 1969: “[...] o Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará” (artigo 176, §3º, inciso IV) (SAVIANI, 2008).

Havia uma manobra para fomentar a privatização do ensino superior com a imposição de que os alunos pagassem as universidades públicas, resultando em fracasso. A partir daí houve outra estratégia: incentivar o crescimento acelerado das instituições privadas de ensino. Foi uma época em que houve um crescimento exponencial destas instituições. Esta era a Política governamental em relação à educação (SAVIANI, 2008).

Com a saída dos militares do poder em 1985, o país, ao mesmo tempo que atravessava por um momento de abertura política, apresentava incerteza quanto ao seu presente e futuro. Não havia um modelo econômico e social estabelecido. Porém, vários debates e lutas foram sendo realizados no período de redemocratização em que culminou na promulgação da Constituição de 1988, a chamada “Constituição cidadã” (SAVIANI, 2008). A educação contou com um Capítulo inteiro, o de nº III, Da Educação, Da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. bVIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. § 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. § 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica (BRASIL, 1988).

A década de 1990 foi marcada por uma reatualização do modelo neoconservador sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, entrando após Itamar Franco, que assumiu o país devido ao Impeachment de Fernando Collor de Mello. O Presidente em questão, de Centro Direita, tinha a intenção de tornar o Brasil o centro do capital estrangeiro mediante a ênfase ao neoliberalismo econômico e com reformas políticas, econômicas e educacionais. No caso da educação havia uma forte tendência à lógica de mercado, lembrando outros governos conservadores na história do país.

Assim seguiu até a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve o seu mandato de 2003 a 2011 quando houve uma série de mudanças no campo educacional no País, tanto em termos de investimentos quanto em relação à criação de novas Universidades e novos cursos. Nos aprofundaremos sobre isso no próximo subitem.

1.2 História e Expansão do Ensino Superior no Brasil

Sobre o surgimento da educação superior no Brasil Vasconcelos (2010) afirma que a mesma ocorreu de maneira tardia e lenta em comparação com os demais países da América Latina, sobretudo às colônias espanholas, demarcando uma outra questão problemática da história da educação no Brasil, que mostra o atraso das nossas políticas educacionais ao compararmos a nossa realidade com os demais países das Américas. Um dos principais exemplos disso é o do México¹

¹ Em 1553, o México já contava com a sua primeira Universidade.

Corroborando com as ideias de Vieira e Farias (2007), Vasconcelos (2010) afirma que somente em 1808, com a vinda da família real portuguesa, é que houve algum interesse em criar cursos superiores no Brasil. As primeiras escolas seriam criadas no Rio de Janeiro e na Bahia. Em fevereiro de 1808 é criado o Colégio Médico-cirúrgico da Bahia e em Abril do mesmo ano criou-se a cadeira de Anatomia no Hospital Militar do Rio de Janeiro. Em 1810, foi assinada a carta de Lei de 04 de Dezembro auxiliando a criação da Academia Real Militar de Corte, que anos mais tarde seria a Escola Politécnica. Ainda em 1808 tivemos o Decreto de 23 de Fevereiro que instituiu uma cadeira de Ciência Econômica VASCONCELOS (2010).

Em 1827, foram instituídos em São Paulo e em Olinda, os cursos de Ciências Jurídicas e assim outros cursos e escolas foram sendo criados como as 14 Escolas Superiores da República em 1889. No ano de 1909 a Universidade de Manaus foi criada e em 1912 foi a vez da criação da Universidade do Paraná (UMBELINO, 2018). Sobre esta questão paira muita controvérsia já que para alguns historiadores a Universidade de Manaus foi a primeira a ser criada; para outros a Universidade do Paraná teria sido a primeira a ter sido intitulada como Universidade em si.

Já outros acreditam que a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920², seria considerada a primeira Universidade do país. De acordo com Vasconcelos (2010) e Umbelino (2018) a Universidade do Rio de Janeiro surgiu em 1920 mediante o Decreto Lei nº 13.343 de 7 de Setembro de 1920 e ocorreu por via da união da Faculdade de Medicina com a faculdade de Direito assim como com a Escola Politécnica. Entretanto, antes da criação destas Universidades propriamente ditas, houve tentativas fracassadas em criar a primeira Universidade do Brasil como a Universidade de Pedro II em 1843 que como já adiantado, não saiu do papel (VASCONCELOS, 2010).

²Foi a primeira Universidade a oferecer cursos variados, mas antes, em 1808, foi criada a primeira instituição de Ensino Superior, a Escola de Cirurgia da Bahia, seguida das faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, no ano de 1827

Uma outra marca importante do processo de educação no Brasil foi que o Ensino Superior se tornou um modelo caracterizado pela criação de institutos ou escolas isoladas que se instituíam como núcleos formadores predominantemente profissionalizantes. Um outro agravante que fazia parte deste contexto era o fato de que a educação ofertada estava voltada à elite, aos filhos dos aristocratas que já não podiam mais ir à Europa para estudar por conta do bloqueio de Napoleão Bonaparte, que decretou o bloqueio continental determinando que os países europeus para os navios da Inglaterra. Portugal não aderiu ao bloqueio por possuir longa aliança política e comercial com os ingleses e, por isso, Napoleão ordenou a invasão de Portugal (VASCONCELOS, 2010).

Umbelino (2019) afirma que em 1931 houve a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, instituindo que a Universidade poderia ter natureza pública ou particular com a inclusão dos cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Educação e Letras. Cita o Decreto de nº 19851, de 11 de Abril de 1931:

O ensino universitário tem com finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da humanidade (BRASIL, 1931).

Kowalski (2012) apud Passos (1997, 43) vai ao encontro das ideias de Umbelino (2018) e complementa que a Organização das Universidades Brasileiras carregou junto de si os processos de industrialização e urbanização e afirma que isso aumentou a demanda por educação no país e, assim, demandando do Estado uma intervenção direta nos processos de educação por meio do aumento concreto do número de vagas em todos os níveis de escolarização. Entretanto, isso não significou uma democratização do ensino superior já que o diploma de graduação estava nas mãos de apenas 0,33% da população.

Ainda sobre esta questão Ribeiro (1992) reforça e complementa a ideia trazida por Umbelino (2019) ao citar os Decretos nº 19.851 e 19.852, de 11 de Abril de 1931, quando há a reforma do Ensino superior com o objetivo de organizar o sistema universitário com a criação da reitoria, com a função de coordenar as Faculdades exigindo a incorporação de três institutos de Ensino superior - Direito, Medicina e Engenharia sendo que na ausência de um

destes a incorporação da Faculdade de Ciências e letras. Pouco tempo depois foi preconizada a organização do Ensino secundário com a proposta de torná-lo eminentemente educativo.

Nesta mesma época houve, segundo Umbelino (2019), a fundação ou criação de outras Universidades como a Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae em 1932, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo no ano de 1933, além da Escola Paulista de Medicina. Em 1934, uma importante e considerada renomada Universidade até os dias atuais, a Universidade de São Paulo – USP foi criada sob o regime do Decreto de 1931 e este mesmo Decreto durou até o ano de 1961 quando houve a criação da Universidade de Brasília – UNB.

Durante este período, entre as décadas de 1950 e 1970, foram criadas Universidades Federais, feito inédito na história até aquele momento. As Universidades Federais seriam instituídas em todo o território nacional, sendo pelo menos uma Universidade em cada Estado, além das Universidades Estaduais, Municipais e particulares. Deste modo, a descentralização do ensino superior foi instituída, seguida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, em voga a partir do ano de 1961, a Lei nº 4024 (VASCONCELOS, 2010).

Ainda de acordo com a mesma autora, a expansão do ensino superior ocorreu apenas na década de 1970. Neste período, o número de matrículas aumentou de 300.000 em 1970 para 1.5 milhões em 1980. Tal aumento, de acordo com a autora, ocorreu devido a concentração urbana e a exigência para uma melhor formação para mão de obra industrial e de serviços. Contudo, o aumento significativo de vagas resultou em problemas como um planejamento inadequado levando à uma insuficiente fiscalização por parte do poder público além de levar à uma precarização do ensino e, da mesma forma, à uma imagem mercantilista da iniciativa privada que se encontra presente até os dias atuais (VASCONCELOS, 2010).

A autora afirma que até o início da década de 1980, as Universidades tiveram um expressivo crescimento, bem como mudanças em seu papel e em suas ações. Uma delas foi assumir o papel de instituições de pesquisa, com a ampliação da pós graduação; a montagem de laboratórios e bibliotecas. Entretanto, havia ainda o peso dos anos de Ditadura Militar no tocante à escassez da liberação de recursos públicos, freando a expansão do ensino superior.

Nos anos 1990 até o ano de 2002 houve significativa presença do governo neoliberal liderado por Fernando Henrique Cardoso. De fato houve um aumento, neste momento, do número de vagas nas Universidades e, além disso, a criação de várias instituições e cursos a serem avaliados pelo governo, levando a uma diminuição de investimentos em instituições de

natureza pública. Desta forma, notou-se um aumento exponencial de matrículas no ensino privado (UMBELINO, 2018).

Foi também durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que implementou-se a LDB, a Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996, além do Decreto nº 2306 de 19 de Agosto de 1997, introduzindo uma alteração no ensino superior, distinguindo entre as instituições de ensino superior público, privadas sem fins lucrativos e com fins lucrativos, assim como a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172 de 09 de Fevereiro de 2001, definindo objetivos, diretrizes e metas a serem estipulados e seguidos por todas as instituições de ensino superior do Brasil. Para além disso, o Plano inovou ao planejar a expansão dos cursos noturnos, a ampliação da mobilidade estudantil e, sobretudo, a democratização do acesso ao ensino superior (UMBELINO, 2018).

Citando Cunha (2003) a autora acima afirma:

A política para o ensino superior deveria promover uma “revolução administrativa”: o objetivo seria administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa, visando a generalizar os cursos noturnos e aumentar as matrículas, sem despesas adicionais. Para isso, as Universidades deveriam ter uma “efetiva autonomia”, mas que condicionasse o montante de verbas que viessem a receber a avaliação de desempenho (p.39).

Embora houvesse algum tipo de ação voltada ao Ensino Superior público, o setor privado foi o que mais obteve investimentos e atenção por parte do governo FHC. Tal investimento ocorria pela alocação de verbas para o setor privado (UMBELINO, 2018). Deste modo, nota-se uma das características primordiais do neoliberalismo que é o “Estado mínimo” e o maciço investimento no setor privado, incluindo a educação privada.

Entre 2003 e 2010 Luiz Inácio Lula da Silva governou o país, sendo então a ascensão de um governo petista e de esquerda no poder da maior nação da América do Sul. Foi um momento emblemático para o país no tocante às ações de educação já que abria-se uma nova perspectiva de educação, sobretudo a educação superior. Diferentemente do período anterior, no governo FHC, notava-se uma expansão do Ensino Superior nunca visto antes, mais especificamente a partir de 2004 quando uma série de transformações foram ocorrendo no sistema educacional brasileiro. A criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), com o objetivo de conceder bolsas de estudo parciais ou integrais a estudantes de baixa renda de Universidades privadas em todo o país foi uma destas mudanças entre outras, como a

expansão da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), quando foi assinada a criação definitiva do Campus Baixada Santista pelo Ministério da Educação e, em 2006 iniciou as suas atividades com os cursos de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional. Anos mais tarde, em 2009 tivemos a implantação do curso de Serviço Social.

Neste mesmo caminho a expansão prosseguiu com a criação da Universidade Federal do ABC - UFABC, em 2005, com o intuito de cumprir a meta do governo federal de desenvolver e expandir o ensino público, gratuito e com qualidade em uma região de grande importância econômica do país, o Grande ABC reunindo as cidades de São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, São Caetano, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, tendo iniciado as suas atividades com o Campus de Santo André e com o primeiro vestibular no meio de 2005.

Em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI - foi criado, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais sob o Decreto nº 6.096 (BRASIL, 2007).

As Universidades Federais sofreram pressões para aderir ao Decreto, colocando como contrapartida de receber do governo federal um aumento de recursos no limite de 20% das despesas de custeio e pessoal. Com os investimentos as Instituições receberiam, também, vagas para docentes e técnicos administrativos. Deste modo, as 54 Instituições federais no Brasil em 2008 aderiram ao programa, que encontrou resistência inclusive do movimento estudantil e das entidades de representação estudantil, que se sentiram excluídas do processo de deliberação do mesmo Programa (KOWALSKI, 2012).

O REUNI suscitou muitos debates e críticas na época visto que não foi entendido como um Programa que de fato fomentasse o aumento de recursos humanos para as Instituições Federais quanto a docentes e técnicos administrativos, mas sim como uma Política quantitativa, sem as mínimas condições de prover qualidade de ensino, pesquisa e extensão (KOWALSKI, 2012). Neste sentido, Boschetti (2008) enfatiza esta ideia no seguinte trecho:

Trata-se de uma perspectiva que restringe o sentido de espaço de produção autônomo de pesquisa e produção de conhecimento e amplia o sentido de usina de produção. Não se observa do Reuni uma preocupação em definir parâmetros para a garantia de um padrão de qualidade técnica, ética e social na formação. As medidas se voltam exclusivamente, para responder às exigências do capital financeiro com

expansão quantitativa e submissão a demanda do mercado (BOSCHETTI, 2008, p.09).

A lógica de mercado parece também estar presente visto a conquista de novos mercados, se colocando à mercê do capital. Vale lembrar que o FMI preconizou a inserção de 30% de jovens com idade entre 18 e 24 anos nas universidades durante o período de vigência deste mesmo Programa. No segundo ano de sua implantação, o então Ministro da Educação Fernando Haddad anunciou que os recursos estavam esgotados (KOWALSKI, 2012).

Em números, a expansão teve 11 novas Universidades Federais, dentre elas a UFABC; criou também 38 institutos federais no ano de 2008. Em 2009 estabeleceu uma nova forma de ingresso, pelos estudantes, no ensino superior, Trata-se do Sistema de Seleção Unificada (SISU) que permite aos vestibulandos a entrada em Universidades públicas de ensino superior tanto estaduais quanto federais. Incluem-se neste caso as principais Universidades públicas do Estado de São Paulo e do país: UNIFESP, UFABC, USP, UNESP e UNICAMP. A entrada nas instituições ocorre por meio das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (UMBELINO, 2019).

O governo Dilma de 2010 a 2016 também seguiu nesse caminho e no sentido de continuar a democratização do ensino superior implementou a Lei de Cotas, Lei nº 12.711 do ano de 2012. Esta Lei preconiza a reserva de vagas para estudantes advindos de escola pública bem como para estudantes negros, pardos e indígenas. Outro Programa criado durante o governo Dilma foi o Ciências Sem Fronteiras que previa a concessão de bolsas de estudo aos estudantes para estudar no exterior (UMBELINO, 2018). Em 2017, durante o governo Temer, o programa deixou de existir já que, na avaliação do MEC, deixou dívidas e isso impossibilitou a sua continuidade.

O período de 2003 a 2016 foi de grande avanço em termos de criação e expansão de Universidades públicas ainda que tivéssemos a instituição do ProUni que previa a concessão de bolsas de estudo em Universidades particulares.

No próximo Capítulo abordaremos a temática da Assistência Estudantil e a sua efetivação na Universidade Federal do ABC (UFABC) bem como a atuação do Assistente Social dentro desta Política e desta instituição.

CAPÍTULO II

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

2.1 Assistência Estudantil: definição e histórico

A Assistência Estudantil é uma Política do governo federal que prevê a concessão de recursos financeiros para a manutenção de bolsas e auxílios em instituições públicas, especificamente nos Institutos Federais e Universidade Federais. Foi reconhecida no final dos anos 2000, quando da sua implementação e foi um marco no âmbito da garantia da manutenção e permanência de estudantes de classes mais vulneráveis no Ensino Superior, como nunca antes visto, já que as ações de assistência ao estudante eram realizadas apenas de maneira pontual.

Ao discutirmos essa temática podemos pensar ou ter múltiplas representações acerca da finalidade da Assistência Estudantil, entre elas a ideia de que apenas a inserção do estudante oriundo de famílias de baixa renda será o suficiente para garantir o seu direito à educação de nível superior. Entretanto, a entrada na Universidade não se mostra suficiente para a permanência deste mesmo estudante no curso superior, ao qual está matriculado. Deste modo, é necessária uma Política de Educação que possa atender às necessidades, assim como garantir o direito destes mesmos estudantes a permanecer na Universidade e, ao mesmo tempo, evitar o abandono do curso e da formação a qual está buscando (SILVEIRA, 2012). Antes desta discussão, é importante relembrar que a educação é um direito reconhecido pela Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. O artigo 6º do documento citado ressalta a educação: Art. 6º são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A Assistência Estudantil, por sua vez, deve ser entendida como um direito social e dentro do contexto de serviços sociais garantidos pelo Estado e preconizados na Legislação vigente, no caso a Constituição de 1988. A educação não deve, portanto, ser entendida como assistencialismo ou caridade.

Deste modo, a Assistência Estudantil necessita não somente ser encarada como direito, mas também com a necessidade de que sejam investidos recursos para a efetivação de seus projetos e Políticas, assim como legitimar o que preconiza a Legislação e o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Programa de Assistência Estudantil criada para

assistir aos alunos oriundos de famílias pobres exclusivamente matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior). Para entendermos a discussão, elaboração e criação desta Política, voltamos um pouco no tempo (SILVEIRA, 2012).

Muitas discussões na tentativa de aprimorar e melhorar o atendimento dos estudantes de classes mais vulneráveis foram sendo realizados ao longo do tempo. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE³, reuniu não somente elementos decorrentes de amplos debates e eventos como também pesquisas acerca do perfil socioeconômico de estudantes das instituições federais de ensino superior, realizadas entre 1997 e 2004. Tal pesquisa ajudou na compreensão dos fatores preponderantes para a permanência dos estudantes no ensino superior como: permanência; desempenho acadêmico; cultura, lazer e esporte e assuntos da juventude (KOWALSKI, 2012).

No sentido de deliberar e trazer elementos para o aprimoramento e melhoria das ações de Assistência Estudantil, o FONAPRACE, escreveu uma carta no ano 2000, com o título: “Assistência Estudantil: uma questão de investimento”, com a ideia de que a Assistência Estudantil seja olhada como Política de investimento e não como Política que esvazia os cofres públicos ou como gasto. Enfatiza, também, que este tipo de Assistência não se trata de caridade ou bondade. Além disso, desmistifica que o estudante pobre tenha desempenho acadêmico inferior ao das classes mais altas (SILVEIRA, 2012). Em outras palavras:

Não se trata de ajuda paternalista, ao contrário, verifica-se que as Universidades que mantêm Programas de Assistência e realizam o acompanhamento do desempenho acadêmico destes estudantes constatam que seu rendimento escolar médio é igual, estatisticamente, ao dos alunos provenientes de camadas sociais de maior poder aquisitivo. Isto comprova que é compensador investir na melhoria das condições e na qualidade de vida dos estudantes carentes enquanto universitários (FONAPRACE, 2000).

Nesta mesma década foram notadas ações mais concretas quanto à Assistência Estudantil no país. A Assistência Estudantil sempre representou uma particular complexidade ao longo do seu processo sócio-histórico. Desde o entendimento de que a União, os Estados e Municípios deveriam custear as despesas da educação, até momentos em que de acordo com o governo, a educação não deveria ser financiada pelo Estado e sim ser estimulada no âmbito privado. No entanto, foi nos anos 2000 que se abriu a possibilidade de instituímos uma Política Nacional de Assistência Estudantil de fato, no caso o PNAES (KOWALSKI, 2012).

Esta Política foi instituída em 12 de Dezembro de 2007 via Portaria Normativa no 39 do Ministério da Educação. Lembrando que somente em 19 de Julho de 2010 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou o até então Programa em Decreto Lei nº 7234. Este

documento foi elaborado pelo FONAPRACE, o qual por décadas, discutiu a importância da Assistência Estudantil na vida acadêmica dos estudantes e, sobretudo, como ferramenta fundamental na entrada e na permanência de estudantes de baixa renda na Universidade pública e gratuita (KOWALSKI, 2012).

Antes desta conquista, até parte dos anos 2000, a Assistência Estudantil era mantida com esforços tímidos, inexpressivos e pontuais. Apenas 60% das Instituições Federais de Ensino Superior mantinham programas de bolsas, auxílios e assistência, 58% com programas de alimentação e 50% com programas de moradias universitárias (FONAPRACE, 2000)..

Entre as reivindicações do FONAPRACE naquele momento tínhamos: incluir verbas especificamente à Assistência Estudantil - a entendendo como matriz orçamentária anual do MEC, para cada Instituição de Ensino Federal Superior; estabelecer a vinculação entre as ações de acesso e Programas de permanência; consolidar um Plano Nacional de Assistência decorrente de levantamento nacional das necessidades (FONAPRACE, 2000). Desta forma, no ano de 2001, o FONAPRACE elaborou uma proposta de um Plano Nacional de Assistência aos estudantes de graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior.

A proposta citada visava elencar diretrizes que pudessem nortear programas e projetos de Assistência Estudantil além de reduzir as desigualdades socioeconômicas e culturais dos estudantes das Universidades federais. Tinham como objetivo, da mesma maneira, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e, agir, preventivamente, em casos de repetência e evasão, decorrentes de insuficiência de condições financeiras (SILVEIRA, 2012).

Constituíam-se como objetivo geral do documento a provisão e definição de verbas exclusivamente destinadas não apenas à manutenção de uma Política de Assistência Estudantil, mas também de assistência ao estudante advindo de classes mais baixas, a C e a D, representando cerca de 14% dos alunos regularmente matriculados. Segundo os cálculos, seria necessário o montante de R\$ 117.531.000,00 (cento e dezessete milhões quinhentos e trinta e um mil reais) destinados às Instituições Federais para que possam desenvolver e gerir a Assistência Estudantil (SILVEIRA, 2012).

Toda esta discussão levantada e as ações propostas foram inovadoras no sentido de propor uma Política de Assistência Estudantil e de fato direcionada exclusivamente para as Instituições Federais de Ensino Superior, com verbas também exclusivamente destinadas às referidas Instituições. Ao longo da história não houve tal preocupação e conjunto de ações por vários fatores (não convenientes neste momento).

Kowalski (2012) afirma que a Política de Assistência Estudantil no Brasil possui três fases. A primeira fase se caracterizou por seu pequeno alcance já que não atingia a todos os estudantes, sendo então, um privilégio de poucos. Essa fase compreendeu desde a criação da primeira Universidade até o período de democratização. A educação era privilégio das elites do país que realizava seus estudos no exterior.

Ainda de acordo com a autora, a literatura traz que a primeira ação de Assistência Estudantil ocorreu em 1928 durante o governo de Washington Luís. Tal governo estimulou a criação da Casa do Estudante em Paris, destinando, inclusive, as verbas necessárias para a manutenção dos estudantes. Contudo, essa iniciativa estava longe de ser democrática e inclusiva já que esses estudantes eram filhos da elite e eram exatamente esses que conseguiam, por sua condição socioeconômica, sair do país para estudar.

Com o governo de Getúlio Vargas em 1930, diversas ações em prol da educação foram realizadas, incluindo aí a reforma do Ensino Superior brasileiro em que se pensava também em uma reorganização e mudanças para regulamentar a assistência para estudantes universitários. Dois Decretos significativos foram promulgados: o Decreto referente à criação do Conselho Nacional de Educação, de nº 19.850 de 1931, que tinha como ênfase o sistema universitário em detrimento das escolas superiores isoladas. O segundo foi a criação do Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, que estava relacionado ao Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras, o qual estabelecia que as universidades deveriam ter um modelo universal de organização didático administrativa, podendo variar conforme a região do país.

A autora, citando Fávero (1980), reforçou que após a criação e a implementação desses Decretos, foi possível pensar a respeito da regulamentação da Assistência Estudantil nas Universidades brasileiras. Prossegue salientando que havia então a previsão de concessão de bolsas para determinados estudantes, processo a ser analisado ou avaliado por professores e estudantes de conselhos universitários com alguns pré-requisitos a serem seguidos para a concessão. Um exemplo seria o “comprovante de pobreza”. Tais requisitos eram averiguados e constatada a veracidade era concedida então a bolsa.

Um acontecimento histórico extremamente importante à época foi a criação e abertura da Casa do Estudante no Rio de Janeiro, ainda no início dos anos 1930. Diferentemente da Casa do estudante de Paris, essa era uma casa que abrigava eminentemente estudantes de classes sociais vulneráveis. O governo de Getúlio Vargas fazia doações para a manutenção da casa. O artigo 157 da Constituição Federal de 1934 previa a instituição de fundos a ser

direcionado aos estudantes necessitados, com a concessão de material escolar, bolsa de estudo e auxílio para alimentação, tratamento médico e dentário. Ganam (2016) afirma que embora havia uma regulamentação da Assistência Estudantil nessa época, não era uma política pública mas sim algo de caráter contingencial.

A mesma autora citou que a Assistência Estudantil só foi entendida como um direito de todos quando da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), A Lei nº4.024. Dessa forma a Assistência aos estudantes seria encarada como uma política de educação de fato e não mais e não mais como uma “ajuda” ou “caridade”. A autora ainda relembra a Constituição Federal vigente que trata: “Art.90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino [...], prover bem como orientar, fiscalizar e estimular serviços de Assistência Social, médico-odontológicos e de enfermagem aos alunos”.

Nesse mesmo período, a União Nacional dos Estudantes (UNE) cresce na reivindicação de pautas relacionadas à reforma universitária e direitos dos estudantes. As críticas estavam relacionadas à maneira como a temática da educação estava sendo tratada no país. Segundo Gangnam (2017) no âmbito da Assistência Estudantil as reivindicações estavam centradas na assistência médica, habitacional e pela expansão dos restaurantes universitários. Simultaneamente, ocorre o golpe militar, em 1964 e o período foi marcado por intensa repressão política e social, culminando no sufocamento das organizações ou movimentos estudantis Brasil afora. A educação no período militar estava voltada ao modelo empresarial, na busca por atender aos interesses econômicos da classe dominante com o objetivo de formação de técnicos para atuar na área industrial (GANAM, 2016).

Na década de 1970 foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC) cujo o objetivo era dar prioridade a programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica e alguns projetos pontuais de assistência aos estudantes, mas tais programas foram extintos junto à extinção do DAE nos governos posteriores. Assim, a assistência aos alunos prosseguiu de maneira fragmentada e precária, como antes, já que faltavam recursos humanos, técnicos e financeiros para a sua manutenção (GANAM, 2016).

Ganam (2016) cita Silveira (2012) ao enfatizar que ainda não existia uma política de Assistência Estudantil como um sistema nacional que pudesse realmente ser efetiva em relação à manutenção dos jovens na Universidade.

Nos anos 1980, mais precisamente no início dessa década, a preocupação do governo vigente estava voltada à Política de Assistência Estudantil aos Ensinos Fundamental e Médio.

Em 1983 foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante, exclusivamente para as políticas de Assistência Estudantil às modalidades de ensino citadas anteriormente, como educação pré-escolar e os antigos 1º e 2º graus (KOWALSKI, 2012).

Ainda segundo a autora, esse mesmo período se caracterizou pela abertura democrática com a redemocratização do país após o fim do governo militar no país:

[...] um momento em que outras forças da sociedade aliaram-se na luta pela democracia. Muitas entidades nasceram nesse período, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Algumas tinham uma característica clara de classe, outras não, mas uniram-se para combater o inimigo comum, que era a ditadura (KOWALSKI p. 92 apud PERONI, 2003, p.74).

Considerando esse novo contexto, Kowalski (2012) ressalta que a Política de Assistência Estudantil, então, entra em sua segunda fase, caracterizada por incertezas mas com marcas profundas do período ditatorial. Fome, miséria, alta inflação, desigualdade social, desigualdade nos serviços de saúde e desigualdade na educação superior eram alguns dos problemas mais graves enfrentados. Como não poderia ser diferente, os problemas relacionados ao acesso e permanência na educação superior voltam a ser pauta. Discussões sobre esses problemas nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários\estudantis e nas reuniões da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) daí a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que reunia Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores e responsáveis pelas questões referentes aos assuntos comunitários e estudantis das IFES, cujo foco era o de encontrar formas de viabilizar a permanência dos estudantes no Ensino Superior. A promulgação da Constituição Federal de 1988 auxiliou muito nessas discussões.

Assim, os representantes do FONAPRACE buscavam medidas que seriam fundamentais ao acesso e à manutenção dos estudantes oriundos de classes mais vulneráveis ao Ensino Superior (KOWALSKI, 2012). A questão seria não somente permitir que o aluno dessas classes conseguisse ter o direito ao acesso às Universidades, mas também como conseguiriam se manter nesse espaço, já que a gratuidade não impede que os estudantes tenham outras despesas e inviabilize a sua permanência nos espaços universitários.

Em relação ao financiamento, neste período e na década seguinte não havia a previsão nem regulamentos que estipulassem a alocação de recursos para a destinação de verbas para os programas estudantis. Ao contrário, havia muita resistência em relação a isso. A LDB de

1996, no artigo 171, inciso IV trazia: “Não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social”.

A década de 1990 foi marcada pela lógica privatista, por um governo neoliberal em que as ações de educação estavam voltadas à lógica de mercado. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, atualmente Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), foi criado em 1999 demarcando essa lógica. Ganam (2016) relembra que nessa época houve uma desresponsabilização do Estado quanto à educação como um todo, especialmente em relação ao ensino superior em que as ações estatais repousavam nos “cortes de gastos”.

A terceira fase da Assistência Estudantil, de acordo com Kowalski (2012) compreende a fase atual a partir da criação do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Tal Decreto preconizou a condição de ampliação de acesso e permanência dos estudantes no Ensino Superior. No artigo 2º temos a expansão das políticas de inclusão e de Assistência Estudantil. Contemporâneo a esse Decreto houve a criação do PNAES e a partir daí a previsão de recursos financeiros para o custeamento e a manutenção dos programas de Assistência Estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES lembrando que esse mesmo programa é voltado para estudantes de classes socioeconômicas mais vulneráveis e matriculados em Instituições Federais não contemplando estudantes de Instituições Estaduais por exemplo.

2.2. O papel do Assistente Social na Política de Assistência Estudantil

Antes da discussão a respeito da atuação do Assistente Social na política de Assistência Estudantil propriamente dita, é necessária uma breve explicação da história do Serviço Social no Brasil.

A primeira escola de Serviço Social criada no país foi em 1936 e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), em que havia a forte presença e influência na Igreja católica na essência do Serviço Social. Desde essa data até os dias atuais temos praticamente 84 anos de profissão. Houve vivenciamos muitas transformações e mudanças em relação à profissão e aos cursos no Brasil, mas não nos aprofundaremos nessa questão nesse trabalho já que será aprofundada a atuação do profissional de Serviço Social nas políticas de educação com ênfase na Política de Assistência Estudantil, objeto desse estudo.

Segundo o CFESS, O Serviço Social foi uma das primeiras profissões a área social a ter a sua regulamentação, sob a Lei nº 3.252 de 27 de Agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto de nº 994 de 15 de maio de 1962.

De acordo com Piana (2009) o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e suas ações estão no âmbito das políticas socioassistenciais tanto na esfera pública, quanto na esfera privada cujas atividades desenvolvidas junto à população usuária são: de pesquisa, administração, planejamento, supervisão, consultoria, gestão de políticas, de programas e de serviços sociais. Assim, o Serviço Social pode ser compreendido como profissão que: “[...] atua na área das relações sociais, mas sua especificidade deve ser buscada nos objetivos profissionais tendo estes que serem adequadamente formulados guardando estreita relação com objeto” (PIANA, 2009 apud JOSÉ FILHO, 2002 p. 56).

O Assistente Social tem como o seu objeto de trabalho as diversas expressões da questão social, no qual o mesmo profissional deve formular e implementar propostas para o seu enfrentamento, ou seja, ter capacidade para ser propositivo nos espaços em que atua e isso ocorrer dentro dos espaços públicos, empresariais, das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Piana (2009) retoma Netto (1992, p.71), destacando que “[...] a questão social, como matéria de trabalho, não esgota as reflexões” para incrementar a ideia de que o Assistente Social não é mais um mero executor de políticas mas um profissional que entende e atua dentro das políticas sociais como meio de acesso aos direitos sociais, com vista à cidadania.

São várias as áreas e as temáticas as quais os profissionais do Serviço Social podem atuar, incluindo a educação em que será demandado dele conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo (PIANA, 2009).

A perspectiva de educação no séc XXI tem forte influência de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial e atrelam educação à resolução de problemas que atendam à ordem do capital e à globalização. Dessa forma, a educação de nível superior assenta as suas bases na lógica mercantil, na busca por maior lucro e adaptação dos profissionais ao paradigma moderno e à sua tecnologia, caracterizado por ensino à distância e pela precariedade, principalmente quanto ao Ensino Superior público (PIANA, 2009). A autora destaca, ainda, o desafio apresentado ao Assistente Social ao lidar com o neoliberalismo e o neoconservadorismo nos processos educativos e chama a atenção para o cuidado com um trabalho tecnicista, mercantil e burocrático presentes nesta lógica.

Piana (2009) refaz o percurso histórico do Serviço Social no campo educacional. Segundo os registros, a área adentrou na esfera educativa em 1906, nos Estados Unidos, com a designação de visitadoras para atuar em escolas de bairro para investigarem os motivos pelos quais alguns alunos não iam à escola, no caso o fenômeno da evasão escolar, assim como a adaptação das crianças às escolas. Na mesma época, a Europa realizava trabalhos referente a crianças abandonadas e aos processos de adoção, as vítimas de maus tratos, entre outros.

De acordo com o CFESS (2011) a inserção do Assistente Social ao campo da política de educação se deu desde os seus primórdios, ou seja, desde a década de 1930.

O Serviço Social atuava no âmbito escolar juntamente com psicólogos, em equipes multidisciplinares e, além disso, com professores; e o trabalho consistia em atender alunos com problemas de aprendizagem e atender também problemas de cunho individual e familiar, os problemas compreendidos como sociais dentro do contexto escolar (PIANA, 2009).

Contudo, o Serviço Social não tinha a área da educação como sua prioridade. Estados como o Rio Grande do Sul e Pernambuco foram pioneiros tanto nas discussões sobre a temática como em relação ao início das atividades relacionadas a esse campo. No Rio Grande do Sul o Serviço Social foi convocado a atuar na antiga Secretaria de Educação e Cultura com vistas à identificação de problemas sociais emergentes que tivessem impacto negativo no desempenho do estudante bem como no tocante à sua adaptação ao contexto ao qual estava inserido (PIANA, 2009). Ainda nesse sentido, os profissionais do Serviço Social deveriam intervir em questões escolares que eram consideradas como desvio ou anormalidade social (PIANA, 2009 apud AMARO, 1997, p.51).

A partir dos anos 1970 o Serviço Social, com o movimento de reconceituação rompeu com o ideário conservador e tradicional, trazendo novas perspectivas a partir dos anos 1980. Dessa época para os dias atuais o Assistente Social passou a ter um campo mais restrito dentro da educação infantil, em creches e pré-escolas. No Ensino Fundamental o Assistente Social lidava com as múltiplas expressões da questão tais como violência doméstica, dificuldades socioeconômicas da família, questões que ameaçassem um bom desempenho escolar dos alunos etc.(PIANA, 2009)

No âmbito universitário, objeto de estudo desse trabalho, haviam ações pontuais, ligadas às atividades de extensão universitária, por meio de supervisões acadêmicas ofertadas a estagiários com vistas a relação aluno-professor, bem como a concessão de bolsas de estudo a alunos provenientes de famílias de baixa renda.

Quanto à atuação do Assistente Social no cenário universitário, há uma enorme dificuldade de encontrar na literatura estudos diretamente ligados ao profissional de Serviço Social nas Universidades. Há mais estudos sobre a relação desse profissional com o ensino básico (PIANA, 2009).

De acordo com Silveira (2012) a inserção do Assistente Social em qualquer nível de ensino deve priorizar e intervir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso escolar/acadêmico. Embora a atuação do profissional no Ensino Superior não tenha distinções em relação aos outros níveis de ensino, há a sua especificidade.

Nas universidades, o Assistente Social tinha como atividades organizar refeições e residências estudantis, aprovar bolsa de estudo e ter atenção à saúde dos estudantes. E, ainda, a tarefa de sensibilizar os universitários em relação aos problemas da comunidade, promovendo conferências sobre problemas da atualidade e a realização de atividades em bairros marginalizados, como destaca o autor (SILVEIRA, 2012 apud SOUZA, 2005, p.33).

Ainda de acordo com Silveira (2012) com a Política Nacional de Assistência Estudantil houve um aumento expressivo de Assistentes Sociais nas Universidades e Institutos Federais. A grande maioria foi convocada para atuar com planejamento e execução de ações voltadas à Assistência Estudantil e tendo como locais de atuação os Campi universitários e a Pró-Reitorias

Alguns autores como Silveira (2012 apud ALMEIDA, 2003) afirmam que o Serviço Social na educação deve desenvolver ações e atividades com vistas ao acesso dos usuários à educação escolarizada, relacionadas à concessão de bolsas de estudo, à organização e mobilização de grupos para o engajamento e luta para o acesso e o direito à educação. Reiteram que o foco deve ser nas ações que visam a permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Um foco importante de atuação profissional é a questão interdisciplinar com o objetivo de haver um trabalho coletivo diante da concretização dos direitos sociais.

No âmbito exclusivo da Assistência Estudantil as atribuições dos Assistentes Sociais são: a seleção de estudantes para os auxílios e/ou benefícios estudantis, a isenção ou liberação das catracas dos restaurantes universitários, vagas nas moradias universitárias ou concessão de valores para o pagamento de aluguel em alguma residência (SILVEIRA, 2012). Nesse caso, algumas Universidades não possuem repúblicas ou residências universitárias e, por essa razão, ofertam auxílios, em dinheiro, pagos para o aluno conseguir pagar aluguel em algum local fora da Universidade.

No próximo subcapítulo será abordada a realidade de uma instituição universitária de natureza pública, situada no ABC paulista, mais especificamente nas cidades de Santo André e São Bernardo do Campo. Trata-se da Universidade Federal do ABC (UFABC).

2.3 Assistência Estudantil na Universidade Federal do ABC (UFABC) e o Papel do Assistente Social nesse espaço

Antes de abordar o assunto propriamente dito, será realizada uma breve introdução do histórico da Universidade em questão. De acordo com Umbelino (2018 apud Marchetti, 2013, p.11) a UFABC foi instituída pela Lei nº 11.145 de 26 de Julho de 2005, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Universidade iniciou com o Campus de Santo André e depois, em 2013, foi criado o Campus de São Bernardo. Tratou-se de um projeto presente apenas na Universidade Federal da Bahia, sendo portanto, um projeto de caráter inovador. Desse modo, a estruturação dos cursos estava assentada em bacharelados Interdisciplinares e em regime quadrimestral.

Este regime permite cursos mais rápidos e intensivos, com o uso otimizado do tempo, dos equipamentos pedagógicos e das instalações físicas, e, portanto, dos próprios recursos públicos investidos na Universidade. A maior dinâmica e variedade das disciplinas apresentadas ao aluno favorecem a interdisciplinariedade e uma amplitude maior de tópicos na formação básica em ciências (UMBELINO, 2018 apud UFABC, p.37, 2013).

São três quadrimestres ao todo sendo que cada um tem duração total de três meses, seguidos de recesso de 25 a 30 dias em média. O ano letivo se inicia no mês de fevereiro e finaliza em abril tendo recesso em maio e, após o recesso tem início o segundo quadrimestre em junho com término em agosto e recesso em setembro. Por último, em relação ao terceiro quadrimestre temos o seu início em outubro com término em dezembro e recesso em janeiro para o novo ano letivo em fevereiro e assim por diante (UMBELINO, 2018).

A implantação do regime quadrimestral foi concebida após estudos realizados sobre o modelos de Universidades mundo afora como Universidades norte-americanas e europeias, sobretudo de instituições do Canadá, dos Estados Unidos, da Alemanha e da Holanda (UMBELINO, 2018).

Vale lembrar que o acesso dos estudantes aos cursos da instituição ocorre via Sistema de Seleção Unificada (SISU), um programa do governo federal que permite o ingresso de estudantes nas Universidades conveniadas ao programa. Cada instituição reserva uma quantidade de vagas específicas para cada curso ou Unidade. Esse ingresso se dá pelas notas

obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e cabe a cada Universidade estipular os pesos das notas e a adesão dos cursos e Unidade de ensino ao programa. Há notas de corte que vão selecionar quem ingressa ou não nas instituições. Desde a implantação do referido programa, a UFABC não possui mais vestibular próprio.

Após a breve realização do percurso histórico da instituição e da forma de ingresso na mesma, a atenção será voltada para as Políticas de assistência ao estudante como o PNAES. A Assistência Estudantil nesse espaço iniciou em 2006 sendo a Pró-Reitoria de Graduação responsável pela administração dos recursos direcionados à assistência aos estudantes. Nessa época, o Setor contava com apenas uma Assistente Social para dar conta de todo o processo de bolsa de estudo e assim seguiu até o ano de 2009 (UMBELINO, 2018).

O processo de seleção dos estudantes para ter acesso às bolsas de estudo era simples, sendo a criação do Edital a primeira ação, seguida de sua publicação, preenchimento da ficha de inscrição e por fim, a entrega da documentação para ser analisada pela Seção de Bolsas. Em alguns casos eram realizadas visitas domiciliares, quando a Assistente Social julgava ser importante, em casos de urgência, a sua visita às casas dos estudantes. Havia um único tipo de bolsa a ser concedida, a Bolsa Auxílio Socioeconômico. À época, a demanda ainda não era intensa e, então, havia mais recursos do que demanda. Apesar disso, a quantidade de trabalho era significativa, o que demandava muito do profissional (UMBELINO, 2018).

Segundo Umbelino (2018) os recursos ainda eram oriundos da própria Universidade já que apesar do PNAES ter sido criado em 2008, se tornou um Decreto de fato a partir de 2010 quando as Universidades começaram a efetivamente receber recursos financeiros do governo federal. Ainda em 2010, a UFABC, em reunião com o Conselho Universitário – ConsUni, instituiu o Programa de Apoio ao Estudante da Graduação pela Resolução nº 59 de março de 2011, no qual regulamentou todo o processo de concessão bolsa, assim como as modalidades a serem ofertadas, mas sem a previsão de um tempo de atendimento aos alunos dela necessitados. Após essa regulamentação a Universidade passou a ofertar a Bolsa Permanência e a Bolsa Moradia. O processo não era muito diferente do anterior à regulamentação se constituindo pela inscrição, entrega de documentação e entrevista.

Já a partir de 2012, uma nova resolução foi elaborada, após reuniões, e o ConsUni aprovou a Resolução nº88 em substituição à de nº 59. No novo documento havia a previsão do tempo de atendimento ao aluno bem como novos auxílios e modalidades de bolsas ofertadas (UMBELINO, 2018).

A partir de 2013 os alunos já dispunham dessa nova resolução e houve não somente um aumento de bolsas e auxílios ao dispor mas, da mesma forma, do aumento de estudantes candidatos aos auxílios concedidos. A mudança trouxe também acesso a material didático, auxílio evento e cultura (UMBELINO, 2018).

Com o avanço dos anos, ainda de acordo com Umbelino (2018), a equipe foi aumentando de maneira significativa, com o número expressivo de quatro Assistentes Sociais e o seu trabalho possuía um contorno mais administrativo que consistia no recebimento de documentação e realização de análises para a concessão de bolsas e auxílios.

No ano de 2011 o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) deixou de fazer parte da Pró-Reitoria de Graduação e passou a fazer parte da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, a ProAp (UMBELINO, 2018).

Entre 2013 e 2014 houve um novo aumento no quadro de Assistentes Sociais da Universidade, passando para seis técnicas sendo duas no Campus São Bernardo e quatro no Campus de Santo André. Isso ocorreu quando da expansão da Universidade com a criação do Campus de São Bernardo (UMBELINO, 2018).

Algumas mudanças no modo de trabalho técnico da equipe, assim como a concessão de bolsas, ocorreram com o fortalecimento das entrevistas como recurso técnico para maior compreensão dos casos e da vulnerabilidade dos estudantes. Assim, o Assistente Social se utilizava de observação, escuta qualificada e relatório de atendimento, preservando o sigilo das informações e, a partir disso se podia apreender melhor a situação e abrir possibilidade de visita domiciliar em casos mais complexos (UMBELINO, 2018). Outras atribuições do Assistente Social nesse espaço, para além das já mencionadas são: reunião de equipe; levantamento de rede socioassistencial e pesquisas, a depender de vários fatores como tempo hábil para isso, já que há muita demanda; postura ou pró-atividade do profissional, entre outros.

O profissional de Serviço Social tem em seu trabalho as condições concretas e não concretas na sua relação no espaço sócio-ocupacional no qual está inserido. Os elementos concretos como o material que trabalha, o orçamento disponível para a execução das ações necessárias e efetiva garantia dos direitos da população, alvo se misturam com os elementos não concretos, relacionados à sua subjetividade. Tanto uma questão quanto a outra podem ter impacto direto para o Assistente Social que, além de ser um trabalhador assalariado, como os outros trabalhadores, têm de lidar com as suas condições emocionais e de estresse no seu local de trabalho, em que dependendo do que ocorre, pode levá-lo a um sofrimento intenso,

prejudicando também a sua saúde física. Por outro lado, tratando especificamente do profissional atuante na Política de Assistência Estudantil, não somente a necessidade de ter orçamento para tocar as ações de garantia de direitos dos estudantes se faz necessária, mas do mesmo modo, a maneira específica de atuar seguindo o aparato técnico-operativo pode ser prejudicado dependendo de alguns fatores como alta demanda de trabalho, ou seja, o Assistente Social se vê diante de pilhas de documentos para análises com prazos específicos de entrega e com pouco tempo para atuar em outras frentes igualmente necessárias e importantes como pesquisa e visita domiciliar.

Na UFABC foi possível perceber essa questão pois as Assistentes Sociais da instituição contam com grande volume de demanda e documentos, o que impacta diretamente em casos em que necessitam realizar visitas domiciliares para compreender melhor a realidade dos estudantes. No caso, as profissionais acabam por priorizar as análises e entrevistas com os alunos em detrimento das visitas, que ocorrem de forma pontual. As entrevistas são realizadas de forma escassa, mas dentro das possibilidades que as Assistentes Sociais possuíam.

Alguns questionamentos podem ser levantados diante dessa realidade vivida pelos profissionais dentro dessa política e nos espaços de trabalho. A quantidade de profissionais presentes na instituição necessita ser maior para dar conta da demanda? Há algum suporte emocional os Assistentes Sociais que têm experiências ruins ou degradantes? Há suporte emocional aos estudantes? Diante da vulnerabilidade a que estão submetidos, quais os recursos os estudantes dispõem para lidar com tantas dificuldades? O que pode ser feito pelos profissionais diante da falta de orçamento para a execução de seu trabalho e da garantia de direitos dos usuários? Os indicadores utilizados são suficientes para a justiça social e para uma classificação justa dos estudantes para a obtenção das bolsas e auxílios? É possível evitar a evasão dos estudantes? Como ou quais medidas podem ser utilizadas para isso? Ou seja, inúmeras questões podem ser levantadas, é necessário, portanto, que haja mais pesquisas e mais trabalho com a finalidade de tensionar e dar visibilidade a esse debate. Esses questionamentos não terminam por aqui.

Sobre as mudanças no processo de bolsas e auxílios, uma inovação foi implantada no ano de 2015, o processo de inscrição para as bolsas realizado em formato eletrônico, ainda que a entrega de documentação fosse realizada de forma presencial. Em 2016 houve mais uma alteração: todo o processo foi realizado de forma eletrônica, mas por conta de uma auditoria realizada e algumas adequações tiveram de ser realizadas com a volta do recebimento da

documentação física pela dificuldade de se ter uma validação digital dos documentos enviados pelos estudantes.

A partir de 2017 e após todas essas questões, a maneira como passaria a ocorrer a concessão de bolsas e auxílios mudaria drasticamente com a adoção de indicadores para a classificação dos estudantes.

Os indicadores sociais são ferramentas muito importantes no auxílio das análises das documentações e, portanto, da análise das condições de vida do candidato às bolsas de uma forma geral. Vale ressaltar que cada instituto federal assim como cada Universidade Federal tem a sua maneira específica de adotar critérios e selecionar os universitários que terão acesso às bolsas e auxílios.

No quadro abaixo é possível verificar a quantidade de auxílios/bolsas concedidos do ano de 2011 até o presente momento.

Tabela 1: modalidades e quantidades de auxílios ofertados pela UFABC 2011-2018

Bolsa/auxílio	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bolsa Permanência	1031	819	893	824	824	536	550	907
Auxílio Moradia	710	520	486	446	446	272	280	391
Auxílio Creche			23	23	29	19	20	31
Auxílio Alimentação I	X	X	135	425	425	396	380	630
Auxílio Alimentação II	X	X	80	X	X	39	60	160
Auxílio Transporte I	X	X	151	130	31	X	X	X
Auxílio Transporte II	X	X	115	105	6	X	X	X
Inclusão Digital (Netbook)		156	228	X	X	X	X	X
Auxílio Material Didático	X	X	801	X	X	X	X	X
Auxílio Eventos*	X	X	X	59	X	X	X	X

Fonte: UFABC In: UMBELINO, 2018, p. 108

*Valor máximo destinado por estudante: R\$ 1.200,00 reais. Valor total disponível para ser utilizado para este auxílio: R\$ 71.728,50 reais. Dividindo o valor total pelo valor máximo que pode ser recebido por estudante é possível saber o mínimo de bolsas ofertadas.

A análise do quadro permite a compreensão da diminuição da quantidade de auxílios e bolsas com o passar dos anos. A crise econômica vivenciada em 2016 teve impacto direto em relação a isso tendo o Edital de 2016, inclusive, diminuído o corte para análise de renda, de um salário mínimo e meio para 60% do salário mínimo. Diante desse cenário, os Assistentes Sociais optaram por incluir os indicadores sociais para melhor classificar os estudantes de acordo com o seu perfil e necessidades, assim como distribuir os recursos de maneira mais equitativa. É possível perceber que no ano de 2018 houve um aumento no número de bolsas e

auxílios ao fazermos um comparativo com os anos anteriores, o que pode ser explicado pela Portaria da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas - PROAP nº 2, de 05 de Novembro de 2018 que dispõe sobre a ampliação de bolsas e auxílios concedidos aos estudantes participantes do processo seletivo do Edital 001/2018. Não foram encontrados mais dados sobre isso na literatura para que pudéssemos fundamentar esses números com mais precisão.

Sobre os indicadores, eles são extremamente importantes nesse processo, pois permitem uma melhor classificação dos estudantes, de acordo com as suas necessidades e, assim, aprimorar ou permitir uma distribuição das bolsas e auxílios de maneira mais realista e equitativa. De acordo com Umbelino (2018) a metodologia mais utilizada é o índice de vulnerabilidade social, em 52,38% das instituições federais.

Antes de nos aprofundarmos nesses números vale abordar mais sobre o que seriam os indicadores sociais e a sua utilidade. Umbelino (2018) faz um breve percurso histórico trazendo que os indicadores sociais são usados em território brasileiro desde as décadas de 1920 e 1930, mas somente governantes e especialistas possuíam acesso aos indicadores. De acordo com Umbelino (2018) a partir dos anos 1960 as Universidades e outros órgãos começaram a utilizar essa metodologia. o que seriam os indicadores sociais?

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (UMBELINO, 2018 apud JANUZZI, 2006, p.15).

Dessa maneira, os indicadores sociais são utilizados para a produção dos mais diversos dados estatísticos sobre uma realidade social. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é um dos órgãos que mais produzem pesquisas no país. O órgão é responsável pela pesquisa das taxas de desemprego, moradia e acesso à internet, por exemplo, entre outros. Uma das maneiras de utilizar indicadores sociais está em pesquisas que comparem o índice de desenvolvimento das nações e, esse indicador mede, exclusivamente, o nível de riqueza desses países (UMBELINO, 2018). Ainda de acordo com a mesma autora, os indicadores avaliam serviços como saúde, educação e habitação.

Para que se tenha um parâmetro para a criação de um indicador social, é necessário se ter um objeto de estudo como concessão de bolsas, para que haja uma adequada busca de elementos fundamentais para o entendimento da realidade do estudante (UMBELINO, 2018).

A mesma autora citada anteriormente afirma que as bolsas socioeconômicas têm como objetivo primordial evitar a evasão de alunos de baixa renda, tendo como foco, desse modo, a permanência do estudante na Universidade. Sobre essa questão, há um recorte específico da Universidade federal já que essa Política contempla apenas as Universidades federais, o que traz a ideia, para muitas pessoas, de uma Política fragmentada ou focalizada. O recorte de renda também traz discussões, enquanto alguns defendem que os auxílios e bolsas devam ser ofertados apenas para estudantes de classes vulneráveis, outras pessoas entendem que deveria ser algo mais amplo. Há registros de um programa de Assistência Estudantil em Universidades Estaduais.

Os estudantes devem comparecer para a entrega e, após este procedimento, devem aguardar a publicação dos resultados que estarão de acordo com a sua condição socioeconômica bem como se sua família, dentro do índice de vulnerabilidade a ser classificado de I a IV (indicadores).

Ainda sobre essa questão, o Edital nº001/2018, da UFABC, preconiza esses indicadores e explica cada um deles ao estabelecer o perfil do beneficiário.

Perfil I: Contempla estudantes com alta vulnerabilidade, podendo ser atendido(a) em até quatro modalidades de bolsa e/ou auxílios e sendo prioridade para concessão do Auxílio Alimentação Tipo II;

Perfil II: Contempla estudantes com média vulnerabilidade, podendo ser atendido(a) em até três modalidades de bolsa e/ou auxílios;

Perfil III: Contempla estudantes com baixa vulnerabilidade, podendo ser atendido(a) em até duas modalidades de bolsa ou auxílio;

Perfil IV: Contempla estudantes sem perfil de acesso ao Programa de Bolsa e Auxílios Socioeconômicos da UFABC.

A partir da análise desses indicadores é possível ter uma classificação de perfil dos estudantes como abaixo:

Da Classificação por Perfil

Perfil I Acima de 50,8;

Perfil II De 38,25 a 50,8;

Perfil III Abaixo de 38,25

Havendo disponibilidade de vagas será chamada a Lista de Espera, conforme natureza do benefício, solicitação do(a) estudante e disponibilidade orçamentária.

A classificação por perfil segue os três tipos de perfil apresentados acima. O perfil IV, por ser representado por estudantes que não estão dentro do perfil para a obtenção das bolsas, não entra na classificação. Os outros três tipos vão ser analisados e de acordo com a análise, vão ser classificados conforme a tabela de classificação de perfil. Essa tabela mostra a pontuação que vai ser considerada de acordo com essa análise, que vai considerar a condição socioeconômica dos estudantes, incluindo os indicadores.

Sobre os editais da Universidade para a concessão das bolsas e auxílios, há a publicação tanto de editais regulares como dos editais emergenciais. O edital regular prevê a concessão de auxílios e bolsas a alunos ingressantes e veteranos oriundos de famílias de baixa renda e que possuam um salário mínimo per capita. Quanto ao edital que contempla o auxílio emergencial, adota os mesmos critérios que o edital regular porém é direcionado exclusivamente a estudantes que estejam em situação de emergência financeira decorrente de algum acontecimento abrupto como desemprego, problemas de saúde, falecimento, entre outros.

Os alunos com perfil para o programa, após análise socioeconômica entre outros instrumentais a serem utilizados por Assistentes Sociais (entrevistas, visita domiciliar), passam a receber subsídio financeiro como a bolsa permanência no valor de R\$ 400,00; auxílio alimentação - com liberação de créditos e catraca para o acesso dos estudantes; auxílio creche e auxílio moradia. A concessão de mais de um auxílio dependerá da livre inscrição do estudante para a aquisição do benefício, bem como do seu perfil socioeconômico. O objetivo destes auxílios e bolsas segue o que preconiza o PNAES: permanência na Universidade, não evasão e acompanhamento do desempenho acadêmico.

O perfil a ser atendido pela Política é o de estudantes provenientes de famílias mais vulneráveis, com renda per capita de um salário mínimo e meio. Além disso, é necessário que o estudante esteja realizando a sua primeira graduação (critério estipulado nos editais de muitas instituições). Algumas instituições federais, em número menor, não trazem esse pré-requisito, mas são raros esses casos. Ao se analisar os editais das mais variadas instituições no país, verificou-se que praticamente quase a sua totalidade coloca que o estudante esteja matriculado na sua primeira graduação.

Algumas críticas foram realizadas em relação à Política, pois muitos a entendem como focalizada para alguns grupos específicos em detrimento de outros, igualmente excluídos historicamente. A outra questão está relacionada ao orçamento destinado às instituições, pois em momentos de crise há uma tendência de haver diminuição dos recursos para custear a

Assistência Estudantil ou até mesmo ameaça de cortes. Isso ocorre, sobretudo, em governos neoliberais em que a focalização das políticas públicas, bem como a ideia de “Estado mínimo” estão presentes e acabam por trazer entraves nas ações de Assistência Estudantil, bem como na manutenção e permanência desses estudantes nas Universidades.

Há uma alta demanda, por parte do corpo discente, de bolsas e auxílios, sobretudo porque muitos desses estudantes são oriundos de famílias mais vulneráveis e muitas vezes se deslocam de outros municípios e outros estados para estudar na UFABC, o que demanda, por exemplo mais auxílio moradia e mais auxílio alimentação. O indicador distância seria utilizado para verificar a realidade do estudante além de conceder o auxílio necessário de acordo com essa situação e não somente a distância em termos concretos, mas também em termos psicológicos. Umbelino (2018) aponta que o primeiro fator a ser observado como estudo de indicadores é a situação da moradia da família do estudante em termos afetivos, de suporte emocional e financeiro, por exemplo. Esse indicador pode mostrar um prognóstico de evasão do universitário já que, de acordo com a autora, os estudantes que residem mais distantes da instituição tendem a evadir mais que os estudantes que moram mais próximos à Universidade. A partir disso, seria traçado um parâmetro para dar uma pontuação e classificar os estudantes de forma mais precisa. Sem intenção de nos aprofundarmos nessa questão, utilizando esse exemplo apenas para trazer uma ideia ao leitor acerca de como funciona a avaliação e classificação dos alunos de acordo com esse indicador. Há outros indicadores como saúde, vulnerabilidade social, renda, trabalho, etc.

Os dados e as informações apresentadas sobre a UFABC fazem parte da vivência do autor em virtude da sua função como estagiário na instituição, já que a discussão sobre a temática que trata exclusivamente da Assistência Estudantil nesse espaço é escassa. Entende-se que diante desse cenário, é fundamental que haja mais pesquisas sobre o tema, mostrando o papel da Assistência Estudantil e o trabalho do Assistente Social no ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história e em sua maior parte, as ações relacionadas ao âmbito da Assistência Estudantil estiveram relacionadas a ações pontuais, isoladas e focalizadas, não se constituindo como uma Política de fato, mas como pautas específicas de alguns governos que privilegiavam as classes mais altas em detrimento das classes subalternas.

A isso está atrelada a falta de compromisso com a educação desde a formação sócio-histórica do Brasil em que somente as classes mais altas tinham acesso a uma educação de qualidade. Muitos desses eram enviados para estudar fora do país enquanto a população mais pobre ou não tinha acesso à educação ou quando conseguia estudar, estudava em condições de precariedade e em péssimas condições, além da má qualidade do ensino ofertado.

O trabalho do Assistente Social na perspectiva da educação, embora não fosse novo, não era uma das prioridades dos governantes, já que os poucos Assistentes Sociais que atuavam na educação básica eram convocados a trabalhar dentro de uma perspectiva conservadora e neoliberal em que o indivíduo deveria se adaptar à realidade.

No caso do profissional de Serviço Social na área da Assistência Estudantil, a inserção é muito nova já que a própria Política de Assistência Estudantil é embrionária e ainda luta pela sua consolidação. Além disso, a atuação profissional fica atrelada à verba destinada para a execução de seu trabalho, além de enfrentar outras questões ou desafios inerentes ao seu trabalho, incluindo o sofrimento psicológico.

Dentro dessa discussão, a inserção do profissional só pode ser compreendida, a partir do momento em que a Assistência Estudantil se constituiu como uma Política nacional de fato, em que o governo destina parte do orçamento para o custeio dos programas de assistência aos estudantes. Entretanto, esses recursos financeiros sofrem com o impacto político-econômico do país que vão da ampliação dos recursos à sua diminuição

Diante de tudo isso é necessária a participação da sociedade civil, acadêmica e/ou científica na discussão e problematização da temática com vistas à busca de soluções para os problemas enfrentados. É fundamental a continuação da participação do FONAPRACE nessas questões.

Além disso, é importante frisar que não há muitos estudos ou literatura disponível para discutirmos a Assistência Estudantil, sobretudo na UFABC, uma dificuldade encontrada pelo autor desse Trabalho de Conclusão de Curso. O único trabalho encontrado, no caso da

instituição citada, foi uma dissertação de mestrado de uma Assistente Social desse espaço. Será, portanto, necessária a realização de mais pesquisas a respeito dessa temática nesse espaço específico. Esse trabalho, por fim, fez uma breve contextualização de como a Política de Assistência Estudantil se materializa nessa instituição e como é o trabalho do profissional de Serviço Social. Pretende-se que a partir desse trabalho, outros possam ser desenvolvidos com maior nível de profundidade e com pesquisa sobre diversos outros fenômenos como a evasão, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. L. de A. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2012.

ARAÚJO, M. V. de. **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 16. pp. 566-575, Março de 2017. ISSN:2448-0959.

BEHRING, E. R. e BISCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

BOUTIN, A. C. B; De. CAMARGO, C. R. S.. A Educação na Ditadura Militar e as Estratégias Reformistas em favor do capital. EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação PUCPR – P. 03 a 06. 26 a 29/10/2015.

BRASIL, DECRETO Nº 19.851, DE 11 DE ABRIL DE 1931. **Estatuto das Universidades Brasileiras**. Disponível em: <https://goo.gl/sJo1z2>. Acesso em: 17 out. 2020.

_____. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em 14 Jan. 2021.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em 01 ago. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934**. Institui a Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.

_____. **Emenda Constitucional no 1 de 1969**. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/constituicao/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 jan. 2021.

_____. Decreto 6096 de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONAPRACE. A assistência estudantil como uma questão de investimento. 2000.

GANAM, E.A.S. **“ENTRE FRACOS E FERIDOS”**: um estudo sobre os significados do percurso de estudantes atendidos pela política de assistência estudantil na UNIFESP. 2016. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal do ABC, Santo André, 2016.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012

MARX, K; ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Portaria Normativa Ufabc, de 05 de Novembro de 2018. Amplia o quantitativo de Bolsas e Auxílios concedidas aos estudantes participantes do Processo Seletivo do Edital 001/2018. Brasília: DOU Diário Oficial da União. Publicado no D.O.U de 05 de Novembro de 2018.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**, 12a ed. Campinas, Autores Associados, 1992.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008. (Educação contemporânea).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, M. M. da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

UMBELINO, C de S. **Aplicação de indicadores sociais para concessão de bolsas socioeconômicas na UFABC**. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica, Uberlândia**, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: Acesso em: 15 jan. 2021.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. **Política Educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Liber Livro, 2007.